



01

A EUROPA EM QUE ESTAMOS

abril
2025



FICHA TÉCNICA

AD ASTRA

REVISTA ONLINE DA UNIVERSIDADE ABERTA

Diretora

ANA PAULA AVELAR 
Universidade Aberta (UAb)

Editores

ANA PAULA AVELAR 
Universidade Aberta (UAb)

PEDRO FLOR 
Universidade Aberta (UAb)

Conselho Editorial

CÉLIA DIAS FERREIRA 
Universidade Aberta (UAb)

ISABEL HUET SILVA 
Universidade Aberta (UAb)

JOÃO SIMÃO 
Universidade Aberta (UAb)

MARIA DO ROSÁRIO LUPI BELO 
Universidade Aberta (UAb)

MARIA DO ROSÁRIO ROSA 
Universidade Aberta (UAb)

PEDRO FLOR 
Universidade Aberta (UAb)

PEDRO PESTANA 
Universidade Aberta (UAb)

AD ASTRA 2025 by [Universidade Aberta](https://www.aberta.pt) is licensed under [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)



Conselho Consultivo

BIAGIO D'ANGELO 
Universidade de Brasília (UnB)

DIONÍSIO VILA MAIOR 
Universidade Aberta (UAb)

FERNANDO COSTA 
Universidade Aberta (UAb)

JOÃO LUÍS CARDOSO 
Universidade Aberta (UAb)

KENNETH DAVID JACKSON 
Yale University

LUÍSA LEAL DE FARIA 
Universidade Católica Portuguesa

SANDRA CAEIRO 
Universidade Aberta (UAb)

SORAYA VARGAS CÔRTEZ 
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TÂNIA FONSECA 
Kingston University

WALTER LEAL 
Hamburg University of Applied Sciences (HAW Hamburg)

Produção

Serviços de Produção Digital da Universidade Aberta

ISSN

3051-6773

DOI

<https://doi.org/10.34627/adastra.v1i1.348>



ÍNDICE

PALAVRAS PRÉVIAS

EDITORIAL

DOSSIER TEMÁTICO - A EUROPA EM QUE ESTAMOS

JOÃO VIEIRA BORGES

Europa: Desafios, Ameaças e Devir

Europe: Challenges, Threats and Future

LUÍSA LEAL DE FARIA

Desacertos culturais: idadismo, sexismo, localismo. Uma agenda cultural para a Europa no século XXI

Cultural lags: ageism, sexism, localism: A Cultural Agenda for Europe in the Twenty First Century

ANDRÉ MATOS E LUÍS MARTINS

Uma interpretação derrideana das dinâmicas de interação identitária entre a União Europeia e a Turquia no quadro do processo de alargamento

A Derridean Interpretation of Identity Interaction Dynamics between the European Union and Turkey within the Framework of the Enlargement Process

JOÃO RELVÃO CAETANO

Memória e Democracia: Reflexão sobre a política contemporânea

Memory and Democracy: Reflection on Contemporary politics

JORGE TRIGO

Entre a Memória e a Realidade: o “Mito Fundador” do Holocausto e a União Europeia do Século XXI

Between Memory and Reality: The Founding Myth of the Holocaust and the European Union in the 21st Century

MARGARIDA MARTINS

Descolonização: língua, poder e a consciencialização histórica

Decolonisation: language, power and historical consciousness

FERNANDO COSTA E JORGE BUESCU

A Matemática na sociedade europeia e a Sociedade Europeia de Matemática

Mathematics in the European Society and the European Mathematical Society

FÁTIMA ALVES E DIOGO GUEDES VIDAL

Interdependências das sociedades e da natureza nas inovações democráticas para a transição ecológica no contexto do New Green Deal - o caso do Projeto H2020 Phoenix

Interdependencies between societies and nature in democratic innovations for the ecological transition in the context of the New Green Deal - the case of the H2020 Phoenix Project

VARIA

MARIA DE JESUS PEREIRA

Emigração para o Brasil na segunda metade do século XIX na imprensa diária portuguesa

Portuguese emigration to Brasil through the daily press on the the fifth and sixth decades of the 19th century

ANDREIA GONÇALVES; ELIZABETE FERNANDES; SÓNIA RODRIGUES; TÂNIA CAIANO

Liberdade e rebeldia pela voz de Maria Teresa Horta

Freedom and Rebellion Through the Maria Teresa Horta's



ISABEL HUET, DIOGO CASANOVA, GLÓRIA BASTOS

O Papel das Microcredenciais na Formação Contínua de Professores: uma análise do Projeto CRED4TEACH

The Role of Micro-Credentials in the Continuing Professional Development of Teachers: an analysis of the CRED4TEACH project

RECENSÕES

STEFFEN DIX

Uwe Wittstock (2024), Marseille 1940: Die grosse Flucht der Literatur, München: C.H.Beck

PEDRO PESTANA

The Future Soundscape: How Pierre Schaeffer's Radical Ideas Still Need to Shape Music

TESTEMUNHO(S)

FERNANDO COSTA

Reminiscências sobre Rafael Sasportes (1960-2024)

Emigração para o Brasil na segunda metade do século XIX. Na imprensa diária portuense

Portuguese emigration to Brazil through the daily press on the the fifth and sixth decades of the 19th century

Maria de Jesus Antunes da Cruz Pereira

Resumo

O presente artigo tem como objetivo divulgar à comunidade científica o trabalho de investigação realizado sobre a emigração portuguesa para o Brasil, entre 1859 e 1971, com particular incidência no período de 1859 a 1863, através do olhar do diário portuense O Jornal do Porto. Este projeto foi concretizado no âmbito do estudo da vida quotidiana na sociedade portuguesa, na segunda metade do século XIX, através do olhar de Júlio Dinis (1839-1871), escritor que era leitor do Jornal do Porto, onde foi sendo publicada a sua obra.

[1]

Palavras-chave: Sociedade portuguesa do século XIX – décadas de 1850 e 1860, vida quotidiana, emigração para o Brasil, imprensa diária – O Jornal do Porto.

Abstract

This manuscript focuses on the study of Portuguese 19th century society, particularly the fifth and sixth decades. Through the pages of "O Jornal do Porto", a daily publication, it's possible to identify the problems, the struggles and 'zeitgeist' of that time, as well as attempts at a political influence. This study aims to contribute to a better understanding of Portuguese society and underlines the role of the press in the understanding of community life, especially in what concerns emigration, from the North of Portugal to Brazil.

Keywords: Portuguese 19th century society – the fifth and sixth decades, daily life, portuguese emigration to Brazil, daily press – O Jornal do Porto.

Maria de Jesus Antunes da Cruz Pereira
Universidade Aberta, CHAM

 0009-0005-2887-3465

A diáspora portuguesa tem mantido ao longo dos tempos a capacidade de suscitar muitas páginas de análise e reflexão, na ciência, na política e na imprensa. Pensar a emigração contribui para se compreender a história e a vida cultural do país, bem como a realidade económica e social de muitas famílias e de muitas aldeias e vilas portuguesas. O fenómeno da emigração portuguesa para o Brasil, na 2ª metade do século XIX, tem suscitado interesse nas universidades portuguesas e brasileiras. Dos dois lados do Atlântico, muitos documentos têm permitido enriquecer e diversificar as fontes para o estudo deste fenómeno social português, que levou muitos milhares de homens para o Brasil, na fase pós colonial. Esse trabalho permite encontrar novas perspetivas, novas explicações e novos significados para a realidade que hoje ainda nos define, enquanto portugueses. Realizam-se estudos de caso – incluindo, por exemplo, o estudo de cartas de chamada, que permitem verificar a existência de emigração familiar e em rede – que trazem ao nosso conhecimento memórias familiares e coletivas em muitas aldeias e vilas de Portugal, reforçando traços identitários, elaborando e reelaborando memórias coletivas, que permitem fazer e refazer histórias familiares e a história local, assim como contribuir para o conhecimento da nossa história coletiva.

O Jornal do Porto

A propósito do estudo da obra de Júlio Dinis, médico e escritor português, em que a emigração surge de forma recorrente, da poesia ao romance, e uma vez que o escritor publicou alguns dos seus contos e romances nas páginas do Jornal do Porto, de que era leitor assíduo, decidimos obter um outro olhar sobre a emigração para o Brasil, no início da 2ª metade do século XIX, através das páginas deste periódico. A nossa pesquisa centrou-se no período entre 1859 e 1871, uma vez Júlio Dinis escreveu o conto *Justiça de Sua Majestade*, em 1858/59, com 19 anos, e morreu em 1871, o ano em que foi publicado o seu último romance. No entanto, neste artigo, iremos focar-nos no

período entre 1859 e 1863, porque o autor, até 1863, já tinha escrito poesia e contos, dois romances e terá sido nesse ano que planeou o romance *A morgadinha dos canaviais*.

Uma vez que o Norte do Reino forneceu um imenso contingente de homens e rapazes para as terras brasileiras, consideramos que os jornais do Porto são fundamentais para o estudo deste período da emigração portuguesa. A análise posterior do *Diário de Notícias* (periódico publicado em Lisboa, desde 29 de dezembro de 1864), permite concluir que, na capital, no período entre 1864 e 1871, a emigração para o Brasil não sendo uma preocupação para a redação, nem um assunto entre colaboradores ou leitores, não seria uma temática socialmente tão relevante como a Norte.

Nesta pesquisa, centrámo-nos no trabalho desenvolvido e apresentado pela redação e pelos seus colaboradores e também nas cartas dos leitores do diário português. No *Jornal do Porto* (1859/1892), apesar de distribuído a nível nacional, encontramos, desde a sua fundação, grande incidência em temas de interesse na região norte, incluindo muitas notícias e artigos de opinião relativos à emigração para o Brasil, uma das soluções encontradas pelas populações para procurar concretizar sonhos ou ambições, fugir ao serviço militar ou ultrapassar a pobreza. O diário nunca abandona o tema e, muitas vezes, denuncia o papel de engajadores locais e a ligeireza com que muitos embarcam rumo aos portos do Brasil.



Fig.1. Leão, José Barbosa, 1818-1888, ed. com. Porto : Typ. Commercial, 1859-1892. Disponível em <http://purl.pt/14338>

As relações comerciais entre Portugal e o Brasil

Após a independência do Brasil, como se pode verificar pelo movimento de navios que cruzavam o Atlântico, partindo e chegando ao Porto (Cf *Jornal do Porto*, 1859-1871, que publica regularmente notícias e anúncios de partidas e de chegadas), o Brasil continuou a manter o consumo de produtos agrícolas portugueses e intensas relações comerciais, exportando para Portugal, entre outros produtos, algodão, açúcar e couros. Neste intenso movimento comercial marítimo do Norte para os portos do Brasil – Rio de Janeiro, Baía, Maranhão, Pará, Pernambuco – exportamos farelo, cebolas, alhos, tábuas, presunto, feijão, rodas de arcos, caixas com palitos, tecidos, sal, coxins, vinho, barris com carne, cadeiras, como verificamos pela lista divulgada, no diário portuense, na edição de 22 de junho de 1859. A atividade marítima e comercial, de importação e exportação, envolvendo os portos do Brasil ocupa diariamente espaço relevante nas páginas do *Jornal do Porto*, adequando-se aos interesses dos burgueses do Porto e das classes laboriosas. Mas, a assistência aos passageiros nos navios nacionais apresenta problemas, que são denunciados nas páginas do diário portuense, como, por exemplo, por falta de médico a bordo nos navios que partem do Porto e a falta de rigor na sua seleção, como nos conta a redação na edição de 5 de dezembro de 1862: “No Porto qualquer leigo se apresenta à repartição de saúde com uma carta cirúrgica de um terceiro e obtem matricular-se cirurgião para a viagem ao Rio de Janeiro em um navio mercante!”.

Importa salientar que o facto de o comércio com o Brasil assentar em produtos agrícolas é tido como positivo poder contribuir para desenvolver a agricultura portuguesa, mas a concorrência de produtos de outros países europeus foi prejudicando esse comércio. O nosso periódico revela alguns aspetos relevantes: Em novembro de 1859, notícia, com honras de primeira página, o acordo obtido pelo embaixador no Brasil, que vai ajudar a atenuar os prejuízos da concorrência aos vinhos portugueses no

Brasil, dos vinhos de outros países europeus - notícia que “tem sido jubilosamente recebida pela imprensa de todas as côres e matizes políticos”.

São muitas as referências ao problema nas relações entre Portugal e o Brasil, defendendo-se os interesses da produção nacional, no contexto do comércio internacional:

Em algumas especialidades de commercio já não supportamos a concorrência da importação allemã e inglesa, e retiramos vergonhosamente diante da barateza, e melhora dos seus productos. (...) Já estamos desapossados do commercio de alguns generos, e artigos de consumo, e onde tambem os productores estrangeiros de vinhos estão espiando o ensejo de nos darem o golpe fatal, e de nos excluir da concorrência. (*Jornal do Porto*, 23 de agosto de 1859, artigo de primeira página intitulado *Commercio Internacional*).

Em 1861, do Brasil, fazem-se recomendações quanto aos produtos que vão de Portugal: O correspondente afirma que os produtos portugueses só conseguiam ser vendidos no Brasil sob “o nome de outra qualquer nação da Europa”, porque “a industria portugueza esteve aqui de todo desacreditada”. Mas, a situação parece-lhe estar a mudar o que trará “grandes vantagens na sua exportação para o Brazil” (*Jornal do Porto*, de 6 de abril de 1861, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 11 de março de 1861). Afirma-se que, quem beneficia, e muito, com as importações são os ingleses e os franceses. Em carta do mês seguinte, datada de 8 de abril de 1861, o correspondente continua: o doce de fruta que vai do Porto para o Rio de Janeiro chega estragado por ir mal acondicionado; mas, alguns produtos alimentares e os tecidos portugueses já trazem mais qualidade e rivalizam com os ingleses e os franceses (*Jornal do Porto*, edição de 2 de maio de 1861).

Em 1863, os correspondentes no Brasil continuam a fazer eco das queixas dos consumidores brasileiros: o azeite do Mediterrâneo, continua a apresentar-se com melhor qualidade que o português,

que continua com pouca qualidade e pouco cuidado no fabrico e no acondicionamento, tal como ainda acontece com os vinhos (*Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 10 de março). Portugal não cuida da apresentação dos seus produtos e, por isso, são vendidos baratos, sendo que é no ramo dos vinhos que mais se salienta a dificuldade de obter boas vendas: nas tabernas do Rio de Janeiro vende-se vinho francês e espanhol (*Jornal do Porto*, 20 de fevereiro de 1863 e 20 de junho de 1863, correspondência do Brasil, datada de 25 de janeiro e de 25 de maio). E conclui-se: se os produtos portugueses não forem “enfeitados com lindas etiquetas” e os objetos da indústria, feitos com perfeição, serão vendidos muito baratos (*Jornal do Porto*, de 4 de julho de 1863, correspondência do Brasil, datada de 8 de junho).

O movimento marítimo de mercadorias e passageiros

O comércio internacional intensificava-se e, apesar dos avisos sobre a perda do mercado brasileiro, continuavam a ser muitos os navios que faziam a carreira entre os portos portugueses e brasileiros. Muitos dos navios usados neste circuito comercial, pertenciam a portugueses, como afirma Eugénio dos Santos relativamente ao comércio com Salvador da Baía:

(...) grande parte dos barcos (veleiros) que navegavam entre a Baía e Portugal era propriedade de portugueses (...). Os seus consignatários eram homens de cabedal e prestígio consideráveis (...). Além disso, uma parte muito considerável da tripulação (pilotos e marinheiros) era também de origem portuguesa (SANTOS, s/d, p. 21).

Das carreiras que operam entre Inglaterra, Portugal e o Brasil são exemplo a *Real Companhia Anglo-Luzo-Brasileira*. A 4 de janeiro de 1860, o *Jornal do Porto* apresenta um anúncio em que se indica que um vapor de 2500 toneladas e com a força de 500 cavalos, sairá de Inglaterra a 1 de outubro e chegará a Lisboa no dia 8; transportando carga e passageiros, passando

por Lisboa, seguia para S. Vicente, indo servir vários portos brasileiros. No anúncio, apresenta-se a tabela de preços e aos passageiros indica-se que os preços incluem cama, mesa com vinho ordinário, roupas, propinas a criados, estando excluídas despesas com vinhos superiores, aguardentes e águas minerais. Antes, em dezembro de 1859, nas notícias de Pernambuco, anunciava-se que o vapor Milford Haven, navio de serviço entre Portugal e Brasil, da nova companhia a Anglo-Luzo-Brasileira só chegou a 27 de outubro, apesar de a companhia ter anunciado a chegada deste seu primeiro navio para meados do mês. Foram 17 dias de viagem entre Lisboa e Pernambuco, “quando os vapores ingleses só gastão 14 ou 15” com a “regularidade em que a companhia inglesa tanto prima” (*Jornal do Porto*, 7 de dezembro de 1859).

A vida quotidiana no Porto

Nestas décadas de 1850 e 1860, a vida quotidiana no Porto e os seus reflexos na região envolvente está ainda muito ligada à vida rural, a par do desenvolvimento comercial ligado ao comércio marítimo e ao vinho do Porto e à influente comunidade britânica na cidade e na região.



Fig. 2. “Reprodução de uma gravura de Joseph James Forrester de 1834, representando a Rua Nova dos Ingleses no Porto (atual Rua do Infante D. Henrique), onde aparecem 34 comerciantes ingleses e 9 portugueses. O original que estava nos escritórios da Offley Forrester em Londres, foi destruído na II Guerra Mundial.”

Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt>

Irene Vaquinhos e Rui Cascão, sobre a burguesia dominante na cidade do Porto, afirmam que “compunham-na sobretudo comerciantes e negociantes ligados ao comércio do vinho, subsidiariamente ao tráfego brasileiro e, a partir da década de 70, também as operações bancárias relacionadas com as remessas dos emigrantes.” (Vaquinhos e Cascão, 1993, p. 441). O Porto teria, em 1850, de acordo com Francisco Ribeiro da Silva, cerca de metade da população de Lisboa e ainda menos de 100.000 habitantes, passando para 106.000 habitantes em 1878 e 139.000 em 1890 (Cf. Silva, 1990, pp. 119 a 142). Na época, o Porto apresentaria, menos de 50% da sua população alfabetizada, uma vez que, em 1890, 64,7% da população masculina portuense com idade superior a 7 anos era alfabetizada, contra 36,5% da população feminina, o que dá uma média de 50% de indivíduos capazes de ler (Idem, pp. 121-122).

A emigração nas páginas do Jornal do Porto

Logo nos primeiros meses de atividade do diário portuense, é importante a atenção ao problema da emigração massiva, como constatamos num longo artigo de dia 30 de junho de 1859, intitulado *Alliciação de Colonos Portuguezes*. Estas saídas eram facilitadas pelo constante movimento de navios entre Portugal e o Brasil, que transportavam carga comercial e passageiros. Muitos passageiros: uns analfabetos, outros não, uns com documentação, outros indocumentados, ilegais, sujeitos aos problemas que a ilegalidade lhes acarretaria no destino. Muitos tornar-se-iam substitutos da mão de obra escrava, na agricultura, no «café, na borracha, no cacau ou no tabaco» (Santos, s/d, p. 23). Muitos iriam vaguear pelas ruas do Rio de Janeiro, sem emprego e, entre eles, muitos menores. A uns seguiam-se outros e mais outros, principalmente de Braga, do Porto e de Aveiro, num movimento populacional que respondeu a uma realidade interna, mas também a uma necessidade exterior, no âmbito da conjuntura internacional, europeia e americana, desde as questões da

abolição da escravatura, à mecanização e à industrialização, passando pelo aumento geral da população, pela facilitação da mobilidade e pela atração pelo Novo Mundo, como também refere Eugénio dos Santos (Idem).

Desde o início da sua publicação, O Jornal do Porto dedicou especial atenção e espaço aos problemas da saída ilegal dos cidadãos portugueses rumo ao Brasil e à condenação dos maus tratos a que são sujeitos. Procurava manter os seus leitores informados e intervir na definição da política da emigração pelo que reservava frequentemente muito espaço para os artigos da redação, as cartas dos leitores e a correspondência dos seus colaboradores. Os alertas são muitos, bem como os pedidos para que outros colaborem no esclarecimento de quem embarca e no controlo dos engajadores desonestos, como podemos ler, por exemplo, na edição de 7 de abril de 1862, com as palavras do correspondente do Rio de Janeiro, em carta datada de 11 de março de 1862. Na mesma edição, os correspondentes e colaboradores no Brasil esclarecem e informam:

Portugal envia ao imperio, não só os braços livres e superabundantes, como também aquelles individuos, que se deixam tentar pela esperança de fazer fortuna rapidamente, o que não é possível. O Brazil acceita-os porque tem necessidade de gente, mas não os emprega nos sortões sob uma fiscalização bem humana e vigilante; pelo contrario, deixa-os levar aos barbaros fazendeiros para os escravizar e sorrar com azorrague!.

Também são vários os artigos de abertura de edição dedicados a esta problemática e a redação tem o cuidado de explicitamente referir a sua preocupação informativa. A 4 de janeiro de 1860, surge um extenso artigo de primeira página, que se estende pela segunda página do jornal, intitulado *Emigração*, onde se afirma que os valentes portugueses, no “trabalho de negro de roça”, aguentam algumas semanas e caem doentes, com febres e «por cada dois mezes de trabalho tem outros tantos de doença». Alerta-se para o facto de, no Brasil, a maioria dos nossos

emigrantes encontrarem a febre, os pântanos e a morte: “(...) não está ali a fortuna de braços abertos á espera do portuguez (...) a maior parte dos emigrantes encontram unicamente, desde logo e sempre, uma serie não interrompida de desenganos e decepções.” A este propósito, Costa Leite (1987, p 463-48) refere que “a legislação portuguesa proibia o incitamento à emigração, mas, na prática, quase tudo era permitido, desde os anúncios das companhias de navegação até ao estabelecimento de agências de emigração” (*Idem*, p 469), o que nos ajuda a refletir sobre a extensa informação dada aos leitores na edição de 13 de setembro de 1871, sobre partidas de navios para o Brasil.

Muitos portugueses integram-se em terras brasileiras casando por lá, embora sejam muitos os que na lista de óbitos sejam declarados solteiros, em todas as idades. O governo brasileiro gosta destes casamentos porque fazem aumentar a população. Há relatos de raptos e fugas de casa, quando a família não consente o casamento – a polícia só persegue o raptor se ela é rica e ele pobre, se for o contrário não se incomoda. Há casamentos de moças brasileiras com negociantes portugueses – e. Diz-nos o correspondente do Rio de Janeiro, que “entre as nossas lindas mulatinhas brasileiras e subditos portugueses, pela maior parte artistas e trabalhadores”. Sendo que, para obter casamento, a jovem brasileira, apresenta como dote saber ler, escrever e tocar piano e “capricha no emprego d’expressões agradáveis, de lindas habilidades de agulha, d’aturada leitura de bonito folhetins dos periodicos, de trajos faustuosos etc. etc.,(...)” (Cf. *Jornal do Porto*, 18 de fevereiro de 1862, carta datada de 25 de janeiro).

Assistência e proteção

A falta de proteção do emigrante e a sua deficiente capacidade de defesa fazem com que entre os portugueses se tenham criado associações de proteção e auxílio, bem como hospitais.

Em momentos de epidemia e de fraco estado sanitário, seja de febre amarela, de cólera ou varíola, são os emigrantes quem mais sofre, como vemos na notícia que se segue: “brasileiros e imigrantes têm sido atacados pela febre amarela que se tornou endêmica no Brasil desde 1850 – os estrangeiros morrem logo e os nacionais chegam a durar 15 dias doentes. Os preços estão muito altos, há falta de alimentos de primeira necessidade.” (Cf. *Jornal do Porto*, 3 de janeiro de 1860). Nesta a edição de 3 de janeiro de 1860, na correspondência datada de 13 de dezembro de 1859, de Pernambuco, com notícias do Pará, refere-se a carestia de vida, que faltam alimentos frescos e que há falta de salubridade na cidade (Cf. *Jornal do Porto*, 3 de janeiro de 1860). Em 1861, notícias do Amazonas indicam que na capital, Manaus, há uma epidemia de febre, “que supõe-se ser febre amarela”, com 10 a 12 vítimas diárias e faltam médicos para zelar pela “caridade publica” (Cf. *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1861 Correspondência do Rio de Janeiro, datada de 11 de março). A dimensão da pobreza exige o exercício da caridade, cá e lá, e os emigrantes portugueses no Brasil, à semelhança do que fazem na terra que os recebeu, onde reúnem capitais para socorrer os seus compatriotas doentes, abandonados e desprotegidos, também olham para a sua terra natal, dando exemplo de caridade e de afeto pelo seu país. Para Adília Fernandes e Odete Paiva, o denominado brasileiro desempenhou um importante papel na sociedade e na economia do Brasil e, depois, da sua terra natal, passando “pela banca, pela indústria, pelo comércio, pela construção imobiliária, pela instrução (construção de escolas e subsídios), pela saúde e assistência, fez mudar gentes e territórios” (Fernandes e Paiva, 2009, p. 411). Segundo as autoras, para estes portugueses enriquecidos no Brasil, a “participação em irmandades, bem como a criação de vínculos com pessoas da elite foi elemento de salvaguarda e trânsito social” (*Idem*), confirmando a tese de que muitos alcançaram prestígio e poder social através da participação na vida religiosa, no desenvolvimento do ensino e da assistência local. Concluem as autoras que

a geografia minhota não mais foi a mesma, após a ida e muitas vezes vinda, dos emigrantes que demandaram terras brasileiras. Contribuíram para alterar o *modus vivendi* das regiões onde se fixaram (normalmente as de origem), e tiveram peso em diversos sectores económicos. O hermetismo social ia-se desvanecendo com a sua presença marcante (*Ibidem*, p. 422).

Surgiu a Santa Casa da Misericórdia, assim como outras associações de assistência e apoio, criadas por portugueses que delas beneficiavam, no dia a dia, ou para pagamento de sepultura de pobres e mendigos (Cf. Arroteia, 2009, p. 47), como assinalam alguns historiadores. Também a *Sociedade Portuguesa de Beneficência* providencia alguma assistência na doença e na pobreza e tem um hospital que, no dia do seu 16.º aniversário esteve aberto ao público, para ser visitado por quem quisesse apreciar as instalações e o serviço prestado aos enfermos. A atividade assistencial do hospital desta *Sociedade*, junto de doentes, viúvas e órfãos é notícia que o correspondente sublinha e elogia (Cf. *Jornal do Porto*, de 16 de outubro de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 24 de setembro). O correspondente no Rio de Janeiro, elogia a perseverança dos que criaram e construíram o hospital português da sociedade portuguesa de beneficência (Cf. *Jornal do Porto*, 5 de fevereiro de 1863, carta do correspondente no Rio de Janeiro, datada de 8 de janeiro).

É neste contexto que surgem no Brasil subscrições e donativos individuais e de instituições, frequentemente para apoio a pobres, órfãos e viúvas e dirigidas a instituições na sua terra natal, para aliviar pobreza e as dificuldades dos seus familiares e concidadãos, e de que o diário portuense faz eco:

- Do Brasil vieram muitos donativos para a construção do hospital da caridade em Fafe (Cf. *Jornal do Porto*, de 2 de novembro de 1859, na correspondência de Fafe, datada de 27 de outubro);
- Subscrição promovida pelo visconde da Trindade, a favor do

Liceu da Trindade, que conseguiu 18 contos de reis, tendo o capital permanecido no Brasil, a receber juros no valor de 8 por cento (Cf. *Jornal do Porto*, 5 de novembro de 1859);

- Nota informativa do Ministério do Reino, no Diário do Governo, datada de 26 de outubro de 1859, manda entregar ao asilo da Ajuda, o donativo de 500\$ réis oferecido pela Sociedade Dezasseis de Setembro, do Rio de Janeiro, para ser dado a um dos asilos de órfãos das vítimas da cólera e da febre amarela (Cf. *Jornal do Porto*, 29 de outubro de 1859);
- Do Rio de Janeiro, o comendador Joaquim José Ferreira, enviou donativo para a paróquia de Santa Maria dos Anjos e para a Santa Casa da Misericórdia de Valença, pelo que “repicarão os sinos da villa” e se iluminou “o hospital da caridade, a torre da Misericórdia e Santa Maria”, (Cf. *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1861);
- O correspondente de Coimbra elogia a caridade de um *capitalista brasileiro*, Francisco Augusto Mendes Monteiro, que ofereceu o donativo de 108\$000 reis para os pobres, sendo 45\$000 para o asilo de mendicidade (Cf. *Jornal do Porto*, 8 de janeiro de 1861);
- Um *brasileiro* ofereceu camas e outro ofereceu “todos os enxergões precisos”. **Não é indicada a povoação que recebe os donativos, mas é afirmado que** “São dignas de louvor todas as pessoas que concorrem para a prosperidade de tão humanitário estabelecimento” (Cf. *Jornal do Porto*, 22 de abril de 1863).

E, neste contexto, também Sua Majestade, o rei D. Luís recebe donativos e procede à sua distribuição (Cf. *Jornal do Porto*, 9 de dezembro de 1862), tal como a rainha D. Maria Pia (Cf. *Jornal do Porto*, 31 de dezembro de 1862). Os governos conhecem bem as vantagens destes movimentos populacionais, daí que a relação de sua majestade com a comunidade portuguesa no Brasil fosse amistosa e de apreço mútuo. A 13 de junho de 1863, em *Apontamentos do noticiário* o periódico apresenta um extrato da resposta de el-rei D. Luís aos portugueses residentes

no Rio de Janeiro que pertencem a associações de beneficência e de instrução e que fazem subscrições a favor de asilos em Portugal. O rei agradece aos emigrados toda a contribuição para os pobres e desprotegidos no reino:

As associações de beneficência e de instrução, que os meus súbditos residentes no Brazil têm fundado em varias cidades daquele florescente imperio, merecem a minha real consideração e louvor, não só porque manifestam a sua fraternidade e civilização, mas pelos seus repetidos testemunhos de philantropia e amor patrio, as valiosas subscrições com que espontaneamente acodem ao infortunio dos seus concidadãos neste reino e auxiliam as empresas que tendem ao progresso e gloria de Portugal. (Cf *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1863).

Quem emigrava, sabia que partia, não sabia se voltava. Muitos por lá ficaram, uns ricos ou, pelo menos bem sucedidos e outros pobres, sem sair da condição e dos empregos antes reservados aos escravos negros. Muitos por lá morreram, cedo, cedo demais. Voltaram alguns: uns ricos, com capitais para investir, outros com ânsia de poder, outros remediados ou pobres, com mais conhecimentos e capacidade de intervir na economia local, outros vieram doentes e envergonhados. Rosana Barbosa cita um exemplo: “em 1839, Rosa da Cunha de Jesus, natural de Barcelinhos, recorreu ao consulado português para a auxiliar no seu retorno a Portugal por causa do seu estado de miséria naquele país.” (Barbosa, 2003, p. 175).

O *Jornal do Porto* alerta as autoridades para uma outra questão: A generosidade e as saudades andam de mãos dadas, mas a comunicação e a receção de notícias são dificultadas pelo preço do serviço nacional de correio, de Portugal para o Brasil; na edição de 20 de fevereiro de 1862, na correspondência do Rio de Janeiro, datada de 25 de janeiro, afirma-se que o Porto é a cidade de Portugal mais ligada ao Brasil, mas que é demasiado caro o selo das cartas e que, por isso, muitas pessoas não escrevem aos familiares que estão no Brasil. Uma carta para o Brasil é cinco vezes mais cara que do Brasil para cá – em

Portugal, uma carta precisa de um selo de 300 réis, e de lá para cá são apenas 60 réis.



Fig.3. A leitura da carta – Ilustração de Roque Gameiro, para a capa da 28ª edição de *A Morgadinha dos Canaviaes*, de Júlio Dinis, em 1930. Disponível em <https://tribop.pt>

Condições de trabalho e salário

Pelo *Jornal do Porto*, ficamos a saber que muitos dos que partiam do Porto passavam depois muito tempo vagueando pelas ruas do Rio de Janeiro: “As ruas andão cheias desses recém-chegados do Porto” (Cf. *Jornal do Porto*, 2 de maio de 1861, carta do correspondente do Rio de Janeiro, carta datada de 11 de março de 1862). Ficavam à espera que os viessem buscar ou, como afirma o correspondente, que os viessem comprar: “Parece que os portugueses recém-chegados ao Rio, continuam alli a ser retidos a bordo dos navios que os conduzirão, á espera de quem os vá comprar”. (Cf *Jornal do Porto*, 4 de outubro de 1859, correspondência de Pernambuco, datada de 14 de setembro).

Se agricultura é a atividade principal e da qual depende o futuro da economia brasileira, continua o correspondente do diário portuense, são os robustos colonos portugueses quem tem feito muito trabalho e quem povoa o território, apesar de serem tão mal tratados, o que considera ser um mau precedente para as futuras gerações de emigrantes:

O governo perde os colonos se os não quizer vigiar pelo interior; e elles não querem sahir das cidades, temendo com justa razão os maus tratos dos compradores Mas nas cidades ha grandes dificuldades em se arranjamem, e então eil-os entregues á vagabundagem. A imprensa liberal do Brazil por varias vezes tem falado n'este sentido, fazendo ver ao governo a necessidade de olhar pelo bem-estar dos colonos porque com isso lucra o imperio grandes interesses. (Cf. *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1862)

Pouco antes, a 5 de dezembro de 1861, na carta do correspondente do Rio de Janeiro, datada de 7 de novembro, podíamos ler “exemplos de enganar vis”, pois que se compara o que ganha um homem, um menor de 14 anos, ou uma mulher de 14, 16, 18, 20 anos como rameira: “É por isso que os contractadores e fazendeiros levantão palacios e as traviatas comprão sedas e veludos”. Um homem paga de “passagem 35\$000 réis fracos e em 24 meses ganha 720\$000 réis fracos”; um menor, em 24 meses ganha 480\$000 réis fracos; uma mulher entregue “ao mister de rameira”, de 14,16,18 e 20 anos, em 24 meses ganha 3.000\$000, 4.000\$000 e 5.000\$000 réis. Mas, sentença e avisa o correspondente: ao fim de algum tempo vão parar ao hospital de caridade com a saúde arruinada e serão enterradas num cemitério público.

Emigração clandestina

O Porto e os Açores são as duas regiões de Portugal de onde partem mais homens e mulheres para o Brasil, onde muitos chegam sem passaporte, ainda que a maior parte deles sejam contratados pela Associação Central, com agentes em Portugal

(Cf. *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1861) . Na correspondência recebida de Pernambuco, datada de 15 de novembro de 1859 (Cf. *Jornal do Porto*, 16 de dezembro de 1859) encontramos o relato de um caso de embarque ilegal de emigrantes de Portugal para o Brasil, retirado da *Gazetilha do Jornal do Commercio*, sob o título *Escravidão branca*. O capitão levava apenas 47 passageiros com passaporte e confessou que “os outros haviam sido apanhados nos rochedos da costa”. São homens, mulheres e crianças que viajam sem condições, sujeitos a maus tratos durante a viagem, que chegam ao Brasil magros e com fome. Mandaram separar os que vieram legalmente, “dos que tinham sido preza do lucro” e a estes foi dito “que ficavam livres do pagamento da passagem (...)”. Mas, não foi preso o capitão. Mas, já na edição de 13 de junho de 1859, sobre o problema do transporte dos passageiros sem passaporte se noticia que haviam sido instaurados, pelo ministério do reino, processos aos capitães de dois navios, um americano, a barca Asor, e um português, o brigue Esperança.

Na edição de 23 de março de 1861, através de um periódico local açoriano, o *Jornal do Porto* dá notícias de Angra, informando que nas costas do arquipélago anda um navio brasileiro a desafiar a emigração clandestina, tendo sido presa a tripulação de um navio local que foi ao largo levar gente a bordo do navio brasileiro. Ainda a propósito da emigração clandestina e indiferenciada, relata o correspondente do Rio de Janeiro que, no carnaval de 1862, fora colocada numa rua de grande movimento, durante os festejos de carnaval, uma forte crítica “á importação de colonos portugueses”, que iam para o interior, “carne para o corral”, o que “equivale á sorte que tem o gado no açougue” (Cf. *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1862, carta datada de 11 de março de 1862).

A partida ilegal, sem passaporte, e a partida aventureira fazem parte da emigração, tal como a tentativa de contornar a legalidade. São muitos os exemplos que o jornal nos fornece;

na edição de 4 de janeiro de 1860, refere-se ilegalidades na obtenção de passaporte, numa freguesia de Penafiel, com a ajuda do regedor da paróquia.

Em 1862, o correspondente do Rio de Janeiro acusa a polícia portuguesa de não fiscalizar as saídas do Porto e das ilhas: no Rio de Janeiro, num navio chegado do Porto, com 118 passageiros declarados, encontravam-se 181, noutro estavam declarados 160, mas as autoridades contaram 220 passageiros, noutros a diferença é de 96 para 150, de 140 para 173, de 118 para 181; nos navios que chegaram das ilhas, encontrava-se o mesmo quadro, com uma diferença muito significativa entre o número de passageiros legais e os não declarados, portanto, ilegais: 170 contra 479; de 100 para 280, de 66 para 250, de 50 para 299 e num outro de 103 para 223. Mas, os números também não são iguais nos registos do consulado e do governo civil, do Porto, de Viana do Castelo e das ilhas (Cf. *Jornal do Porto*, 1 fevereiro de 1862, correspondência datada de 7 de janeiro de 1862). Era aos empregadores de mão de obra que se atribuía as condições para a emigração clandestina e o facilitismo, isto é, a ilusão de que o Brasil traria a todos a riqueza que alguns retornados exibiam, mesmo aos que não eram instruídos, sendo que, para os empregadores, a instrução podia tornar-se um obstáculo, por criar expectativas e ambições a que não seria possível corresponder.

Em 22 de abril de 1863, *A emigração para o Brasil*, é o título de um artigo de primeira página, em que se fala, mais uma vez, dos milhares que saem anualmente, quantos morrem por lá e quantos dos que regressam vêm doente e pobres, em que se defende que há um tipo de emigração útil, vantajosa a que não se deve pôr obstáculos: a emigração dos homens das artes e ofícios que recebem bons salários no Brasil e que podem trazer boas poupanças para o reino, se voltarem, porque a maioria estabelecer-se-á definitivamente por lá. Mas, há que não esquecer o lado horroroso da emigração com vida de escravidão, dos emigrados pobres que enviam dinheiro para as famílias e

dos que morrem nos sertões. Dos poucos que regressam, muitos vêm com passagem paga pela caridade pública (Cf. *Jornal do Porto*, edição de 22 de abril de 1863).

Alfabetização do emigrante

Se saber ler, escrever e contar era condição essencial para obter algum êxito no Brasil, Jorge Alves, ao estudar o fenómeno no distrito do Porto, informa que em “termos simples, podemos dizer que por cada 3 mulheres que emigravam só uma sabia escrever, em média, enquanto por cada três homens emigrantes dois o faziam” (Alves, 1999, p. 278). O autor acentua que, de 1860 até ao final do século, o nível de analfabetismo na emigração a partir do Porto rondava os 40%, sendo que a maioria dos analfabetos eram mulheres, e que a maioria dos alfabetizados eram jovens rapazes, subindo o número de analfabetos no grupo dos homens, de origem rural. Realça o facto de o Porto ter capacidade de mobilização de mão de obra rural e salienta que o êxodo rural foi também acompanhado de escolarização, porque saíram do campo, não só os mais jovens, mas também os mais instruídos. Conclui então que, quando a cidade não teve dinâmica económica para absorver população, a emigração surgiu como um destino e uma solução (*Idem*).

Com base nas informações obtidas nos registos dos passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto, Alves afirma que os emigrantes tinham a percepção da importância de saber ler e escrever, tendo contribuído para “o crescimento do parque escolar nacional” (*Ibidem*, p. 271), e em território brasileiro, mas que, só a partir de 1860, as autoridades passaram a incluir nos passaportes a informação “não sabe ler”, “não sabe assinar” (*Ibidem*). Jorge Alves realça ainda que os emigrantes se organizavam para melhorar as suas competências de leitura e escrita e que os retornados, eram defensores da necessidade de instrução e promoviam e financiavam o surgimento de escolas em Portugal – relata o caso do Conde de Ferreira que, “à hora

da sua morte deixou um legado para a construção e mobília de 120 casas para escolas primárias de ambos os sexos em terras que fossem cabeças de concelho (...)” (*Ibidem*, p. 284). Alves procura demonstrar que, face ao contexto nacional, o Porto era um distrito de sucesso emigratório o que se pode relacionar com o nível de alfabetização, porque “a emigração do distrito do Porto está longe de se reduzir às camadas sociais menos preparadas em termos escolares” (*Ibidem*, p. 278), sendo este fluxo migratório “mais alfabetizado do que a população do Continente em geral. E, sobretudo, é mais alfabetizado do que a população rural do distrito de origem” (*Ibidem*, p. 279).

Consequências económicas da emigração

A emigração é sobretudo uma decisão individual ou familiar, mas tem consequências no reino, relacionando-se claramente a saída de rapazes e homens para a emigração com a subida de salários na agricultura e a falta de trabalhadores nos campos:

Quer-se vêr na desmesurada e rapida emigração para o Brazil a principal cauza d'este temeroso embaraço (...) a população laboriosa escaceia (...). A emigração tem-nos roubado annualmente numerosos contingentes (...) abandonando na patria as industrias, que os reclamam, e a família, que se amparava no auxilio dos seus braços. (Cf. *Jornal do Porto*, edição de 19 de agosto de 1859, artigo de abertura).

São igualmente necessários trabalhadores para a construção do caminho de ferro e nos altos salários aí praticados vê-se uma outra razão para o abandono dos campos, para além de se antever a sua ação sobre a emigração:

A emigração ha-de diminuir, ou cessar em grande parte, porque o salario elevado convidará os braços, que até hoje procuravão na emigração um futuro mais lizongeiro, e um destino mais lucrativo (...) a emigração não progredirá pelo menos na mesma escala, muitos braços aptos voltarão ao paiz attrahidos pela elevação dos salários (...) (*Idem*).

Mas, para além da fuga para os trabalhos na construção da rede de caminhos de ferro, o diário faz eco de um outro motivo que conduziu muitos jovens do campo à emigração: o serviço militar. Em 17 de novembro de 1859, na correspondência de Viana do Castelo, datada de 15 de novembro, o correspondente afirma que como a lei do recrutamento não está em vigor assim se “explica o limitadissimo numero, que agora emigra para o Brazil” demonstrando a atualidade do tema. Não sabemos exatamente quantos são os portugueses no Brasil, nem como vivem, mas diz o correspondente no Rio de Janeiro, em 1863, que supõe que serão mais de 400.000 pessoas, “vae talvez além de 400.000 pessoas”(Cf. *Jornal do Porto*, 20 de abril de 1863, carta datada de 23 de março).

A elevada mortalidade de emigrantes no Brasil

Nesta linha editorial de informação e intervenção política e social, em relação à problemática da emigração para o Brasil, o *Jornal do Porto* também utiliza as suas páginas para noticiar os óbitos, pois há muitos portugueses que por lá morrem:

- em janeiro de 1861, faleceram, no Rio de Janeiro, 142 *subditos portugueses*, informou o consul geral de Portugal no Rio de Janeiro (Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1861);
- em novembro de 1860, faleceram 86 portugueses no Rio de Janeiro; a lista dos falecidos foi publicada no *Diário de Lisboa* (Cf. *Jornal do Porto*, 22 de janeiro de 1861);
- no mês de dezembro de 1860, faleceram no Rio de Janeiro mais de três portugueses por dia, segundo o cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro (Cf. *Jornal do Porto*, 1 de março de 1861 – correspondente de Lisboa, em correspondência datada de 27 de fevereiro).

E há muitas disposições testamentárias que revelam a ligação às origens:

- Elogio a um português benemérito, Geraldo José da Cunha,

do Porto, pela generosidade e ligação à terra natal. Notícia subordinada ao título *Um legado aos pobres*. (Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863);

- Faleceu no Rio de Janeiro um *capitalista* português e no seu testamento são beneficiadas entidades e pessoas no Brasil e em Portugal, como a Santa Casa da Misericórdia do Porto. No seu testamento, este *capitalista* português beneficia também a irmandade do Sacramento do Rio de Janeiro, os pobres, o vigário e a igreja da sua freguesia, no Porto (Cf. *Jornal do Porto*, 7 de janeiro de 1860);
- Faleceu um negociante português de 78 anos, há 59 anos no Brasil, e fez legados à família e à sua terra natal (Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 10 de março);
- Deixou testamento na Baía um português de Trás-os-Montes que faleceu na viagem entre a costa de África e a Inglaterra; deixou os seus bens a uma filha natural e alguns parentes também estão beneficiados (Cf. *Jornal do Porto*, 15 de março de 1861).

As informações chegam através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no *Diário de Lisboa*, do cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro ou através dos correspondentes do jornal. Por vezes, as notícias sobre os falecimentos ocorridos no Brasil, são colunas cheias de nomes, porque incluem as listas nominais, indicando, nome, estado civil, idade, e, por vezes, também o motivo do óbito e a profissão:

- Lista nominal de portugueses falecidos no Rio de Janeiro, de 11 de novembro a 7 de dezembro de 1859 – maioritariamente homens e jovens rapazes, solteiros, entre os 15 e os 73 anos (Cf. *Jornal do Porto*, 7 de janeiro de 1860);
- Lista nominal de portugueses falecidos no Rio de Janeiro, de 25 de fevereiro a 10 de março – maioritariamente homens solteiros, entre os 23 e os 76 anos. (Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863);

- Lista nominal de emigrantes portugueses falecidos no Brasil, de 7 de janeiro a 23 de janeiro de 1862, com indicação da idade e da causa de morte. (Cf. *Jornal do Porto*, 18 de fevereiro de 1862).

Idade dos 34 emigrantes portugueses falecidos no Brasil entre 7 e 23 de janeiro de 1862

| Idade | Nº de óbitos | Idade | Nº de óbitos |
|-------|--------------|-------|--------------|
| 16 | 1 | 40-48 | 3 |
| 19 | 2 | 50-55 | 4 |
| 22-25 | 8 | 60-67 | 4 |
| 26-29 | 4 | 72 | 1 |
| 30-38 | 7 | | |

Tabela 1. Fonte: Maria de Jesus Pereira, 2019, *Representações socioculturais oitocentistas – olhares de Júlio Dinis sobre o quotidiano português*, Tese de doutoramento, pag 246, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/8030>

As causas de morte são várias mas, ao longo do tempo, vamos sendo prevenidos para o facto de a maioria falecer prematuramente, com problemas de saúde associados ao clima, ao trabalho duro e aos maus tratos. Na edição de 18 de fevereiro de 1862 (correspondência do Rio de Janeiro, datada de 25 de janeiro de 1862) é abundante a informação sobre os males de que padeciam os 34 portugueses falecidos entre 7 e 23 de janeiro desse ano: apenas cinco tinham mais de 55 anos, e sete tinham entre 40 e 55 anos, isto é, apenas doze tinham mais de 39 anos; Entre os 34 emigrantes portugueses falecidos no Brasil, no período de dezassete dias, em janeiro de 1862, faleceram três, entre os 16 e os 19 anos, doze, entre os 22 e os 29 anos, dez, entre os 30 e os 48; isto é, entre estes 34 portugueses emigrantes falecidos neste período, vinte e dois tinham menos de 39 anos, sendo que entre estes, quinze tinham entre 16 e 29 anos. Quanto às causas de morte são muitas as que constam do documento, salientando-se que quatro emigrantes portugueses faleceram com tísica pulmonar – entre os 22 e os 26 anos, três com queimadura – entre os 16 e os 25, um com 38 anos, com constipação, um com ataque nervoso, com 48 anos, um afogado, com 50 anos (idem)

A propósito de casos particulares que estudou, Maria da Conceição Meireles Pereira (Pereira, 2000, pp 359-377) confirma que, a par de muitos casos de sucesso no Brasil, ou dos dois lados do Atlântico, também não podemos esquecer os relatórios dos consulados portugueses no Brasil, com “as longas listas dos compatriotas aí falecidos, tantas vezes surpreendidos a meio do sonho ou do pesadelo americano (...) destituídos até da possibilidade de morrer na terra natal, rever, pela última vez, os entes queridos” (Pereira, 2000, p. 359).

O sucesso e o retorno – o brasileiro de torna-viagem

Como afirma Eugénio dos Santos, muitos voltaram, uns de forma mais discreta, com menos capacidade de intervenção na sua terra natal, outros com muita visibilidade e capacidade para influenciar, conseguindo “títulos de nobreza, espalharam ruidosas clientelas, chocaram os contemporâneos pela prodigalidade ou o seu exotismo de vida. Mas foi muitíssimo mais eficaz e omnipresente em todo o espaço geográfico.” (Santos, s/d, p.17). Muitos dedicaram-se “na sua terra de origem a tarefas idênticas aquela em que antes trabalharam, no comércio a retalho dos géneros mais variados e procurados, na pequena indústria ainda de estrutura quase artesanal, na agricultura à qual conferiam novas sementes, espécies mais variadas e maior dimensão pela incorporação de courelas vizinhas.” (*Idem*). Estes conseguiram criar postos de trabalho e atrair “jornaleiros, criados ou empregados aos seus empreendimentos, muitos deixaram-se tentar por uma actividade mais participativa na vida social e política, de acordo com o prestígio que foram conseguindo no seu meio” (*Ibidem*). Segundo o historiador, o retornado bem sucedido “Procede das cidades, é empreendedor, sabe investir e seleccionar épocas e lugares de lazer, deseja conhecer outras gentes. Por isso viaja. Repete mesmo ao longo da vida várias vezes o percurso oceânico, pois os vapores são rápidos e oferecem comodidades.” (*Ibidem*, pp. 23-24). Mas, os retornados “remediados, homens com alguns cabedais, bastante numerosos

talvez tenham sido quem maior influência permanente deixou no seu seio de origem (através de doações, mesadas, compras de bens, depósitos, acções” (*Ibidem*).



Fig. 4. Na taberna, com o brasileiro Seabra – Agualela de Roque Gameiro, de 1930, para ilustração da 28ª edição de A Morgadinha dos Canaviais. Disponível em <http://tribop.pt>

Maria da Conceição Meireles Pereira apresenta dados biográficos de homens que, pela emigração no Brasil, conseguiram, nos dois lados do Atlântico, obter comendas e títulos nobiliárquicos e trazer para Portugal capitais, capacidade de empreendedorismo e dedicação a causas de beneficência. De entre eles, salientamos o caso de

- José João Martins de Pinho (Conde de Alto Mearim, 1849-1900), nascido em Matosinhos, que em “1862, terminada uma criteriosa educação a nível comercial, partiu para o Brasil onde se iniciou como empregado de escritório. Volvidos, alguns anos os seus empreendimentos e transacções multiplicaram-se, dirigiu o Banco de Crédito Real do Brasil e associou-se aos conselheiros Mayrink e Moia Machado para fundar o Banco Construtor do Brasil.(...) Regressado a Portugal, foi deputado pelo círculo de Santarém em três legislaturas (1892-1897) e nomeado par do Reino em 1898. (...) Em Matosinhos a sua

benemerência privilegiou sobretudo a instrução, tendo criado e mantido o Liceu Alto Mearim (1892) onde se ministrava um ensino gratuito” (Pereira, 2000, p. 367).

- José Joaquim Leite Guimarães (Barão de Nova Sintra, 1808-1870), nascido na freguesia de Pencelo, concelho de Guimarães. Com 17 anos de idade foi chamado por um irmão para o Brasil, onde desenvolveu rendosos negócios na área dos têxteis. De regresso a Portugal, os seus negócios dividiram-se por Lisboa e Porto. Na década de sessenta, “o industrialismo seduziu-o e, além do grande impulso que deu à Exposição do Porto de 1865, destacou-se pelo empenho no fabrico da seda cuja produção estimulou nos institutos caritativos que dirigia, recorrendo à orientação técnica de um especialista francês” (*Idem*, p. 362). Sobre a participação deste brasileiro, na mudança no ensino e na assistência às crianças órfãs e abandonadas, Maria da Conceição Meireles Pereira, indica que em 1866, foi inaugurado o Estabelecimento Humanitário Barão de Nova Sintra, criado “com o objectivo de educar os rapazes mais pobres, muitas vezes tirados das casas de correcção, e abrigar as crianças abandonadas”, e depois entregue à Santa Casa da Misericórdia do Porto (*Ibidem*, p. 363).

Mas, a autora conclui que “Como todas as histórias de emigração esta também se fez de risos e de lágrimas, de situações felizes e de casos dramáticos. A par de alguns percursos jubilatórios muitos foram os sonhos que não se cumpriram, desfeitos entre o trabalho opressor e a vida miserável de emigrado” (*Ibidem*, p. 359). Eugénio dos Santos salienta a criação de um imaginário coletivo, que alimentou ilusões, esperanças e sonhos:

(...) outros, ainda que poucos, haviam regressado ricos, honrados, casados ou solteiros, mas ascendendo ao estatuto burguês apetecido, comprando imóveis grandiosos, associando-se à nobreza decaída de outrora. E esses alimentavam constantemente o imaginário colectivo, usando botas largas, chapéu de abas fartas e cores claras, anéis de brilhantes, cordões de ouro. Eles fascinavam os empregados das câmaras municipais, os magistrados, os comerciantes, que tanto lhes

cobiçavam o dinheiro, o prestígio. O povo vê neles uma espécie de vingança para a sua condição e as mulheres casadoiras, disputam a sua atenção. Essas figuras emergem na Beira Litoral e no Entre-Douro e Minho com regularidade. (Santos, s/d, p. 19).

No entanto, realçando a importância dos emigrantes retornados e a sua intervenção social e económica, Jorge Alves considera que, quando regressam, já não são os homens partiram porque, mesmo quando volta pobre,

o ex-emigrante é outro homem, mesmo quando volta sem dinheiro (...) torna-se um construtor de modernidade, um inovador ainda que a um nível relativo, pois tanto assume frequentemente posições de conservantismo social, quando a sua reentrada na sociedade de origem se faz económica ou socialmente a um nível elevado, como pode ser um veiculador de ideias novas, bastando lembrar o seu papel na difusão das ideias republicanas em Portugal e dos ideais maçónicos nos finais do século (...). (Alves, 2009, p. 20-21).

A saída da sua terra natal, permitiu-lhe

romper com o horizonte paroquial, ao apreciar a diversidade de paisagens não só naturais como sociais (...) as estalagens das vilas ou cidades ou a renovação agrícola de muitas unidades camponesas, por compra e melhoramento de terras e construção ou renovação de casas rurais é uma constante no Entre-Douro-e-Minho para os pequenos investidores da emigração (*Idem*).

Por isso, biografias e autobiografias, como a de Francisco José Leite Lage, de Miguel Monteiro (Monteiro, s/d.), inscrevem-se no grupo de fontes importantes para o estudo dos emigrantes portugueses, na partida e no retorno. Porque, o emigrante, quando volta, vem diferente, traz as suas experiências na bagagem, as memórias íntimas dos lugares, das pessoas que “passam a fazer parte da totalidade complexa que constitui o ser migrante” (João, 2009, p. 273).

Como Jorge Alves, poderíamos citar Eduardo Lourenço:

o Brasil esteve para Portugal como um espaço compensatório (...)

Para além da pequenez geográfica, a pequenez de organização social, incapaz de aproveitar com eficiência os factores de trabalho que possuía, exportando mão-de-obra para o exterior, subproduto de uma vocação colonial de pobres. Por isso, no dizer tantas vezes repetido, de Herculano e Oliveira Martins, o Brasil se tornou na nossa melhor colónia, depois que o deixou de ser (...) (Alves, 2009, p. 25).

Em síntese, o retrato que o *Jornal do Porto* nos apresenta das dificuldades de integração, do quotidiano e da falta de proteção dos portugueses emigrados no Brasil, nas décadas de 1850 e 1860, especialmente daqueles que partem analfabetos, confiantes na sua força, na sua saúde e na palavra de quem os alicia, é o retrato também da incapacidade das autoridades dos dois reinos: na partida e no destino, a dificuldade de fazer aplicar regulamentos e legislação e de articular os interesses de empregadores e emigrantes. E assim se produziram as condições para um drama humano que transformou cidadãos emigrantes em seres humanos explorados em terras distantes, porque na sua terra natal não encontraram caminho para os seus sonhos ou para a sua sobrevivência.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, 1999, *Variações sobre o "brasileiro" – Tensões na emigração e no retorno do Brasil*, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, p.191-222, Univ. Coimbra, disponível em <http://ler.letras.up.pt>

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2009, "Emigrantes e irmandades de origem portuguesa no Brasil: as Santas Casas de Misericórdia", in SOUSA, Fernando de et al, (coord.), "Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil".

BARBOSA, Rosana, 2003, «Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil», in *Arquipélago • História*, 2ª série, VII, pp. 173-196, disponível em <https://repositorio.uac.pt>, consulta

de 17.08.2018.

FERNANDES Adília e PAIVA Odete, 2009, "Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910). Os bem sucedidos e os outros" in Fernando de Sousa et al (coord.).

JOÃO, Maria Isabel, 2009, «O Espontâneo e o Construído nas Memórias dos Migrantes», in Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.) *Migrações, Permanências e Diversidades*, Edições Afrontamento, Porto.

O JORNAL DO PORTO, 1859-1863, disponível em BNP , www.bnp.pt/

LEITE, J. Costa, 1987, Emigração Portuguesa: a Lei e os números (1855-1914), em *Análise Social*, vol XXIII (97), p 463-48, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 15.04.2015.

MONTEIRO, Miguel, s/d, *Emigração para o Brasil (1834-1926): os números e autobiografia – sair, viver e regressar na primeira pessoa*, disponível em www.museu-emigrantes.org, consulta de 12.03.2015.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2000, *Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal, Os brasileiros notáveis e... os outros*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, p. 359-377, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt>, consulta de 13.03.2015.

PEREIRA, Maria de Jesus Antunes da Cruz, 2012, *As Pupilas do Senhor Reitor – um retrato das mulheres na sociedade portuguesa do início da 2ª metade do século XIX*, dissertação de mestrado, Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Universidade Aberta, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2570>

PEREIRA, Maria de Jesus Antunes da Cruz, 2019, *Representações Socioculturais Oitocentistas – olhares de Júlio Dinis sobre o quotidiano português*, tese de doutoramento em História, especialidade Representações, Poderes e Práticas Culturais, Universidade Aberta, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/8030>

SANTOS, Eugénio dos, s/d, *Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt>, consulta de 20.02.2017.

SILVA, Francisco Ribeiro da, 1990, «Jornais e revistas do porto no tempo de Camilo», *História do Porto*, pp. 119 a 142, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8265.pdf>, p.121, consulta de 02.03.2017.

VAQUINHAS, Irene e CASCÃO, Rui, 1993, «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso.

Notas

[1] Este artigo pretende ser a apresentação e divulgação do trabalho de investigação realizado para a realização da tese de doutoramento em História, especialidade Representações, Poderes e Práticas Culturais, sob o título, REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS OITOCENTISTAS – OLHARES DE JÚLIO DINIS SOBRE O QUOTIDIANO PORTUGUÊS, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/8030>

